



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

DECLARAÇÃO NÃO PASSIVEL DE LICENCIAMENTO (CLASSE 0)

Nº 010/2026

DECLARA, por requerimento do empreendedor **MARCOS AIRTON FURNACIARI**, CPF: *****.845.019-****, que foi protocolado o Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento – FCE, sob o número 19945/2025, para o licenciamento ambiental do empreendimento **FAZENDA NOVO RIACHO, SANTA ISABEL, LUGAR “CENTRAL MATTOS” – MATRÍCULA 70.577**, localizado na Zona Rural do município de Patrocínio, estado de Minas Gerais, nas Coordenadas Geográficas: Latitude 19°05'56.97"S, Longitude 47°02'57.35"O, para as atividades: **CULTURAS ANUAIS, SEMIPERENES E PERENES, SILVICULTURA E CULTIVOS AGROSSILVIPASTORIS, EXCETO HORTICULTURA (G-01-03-1)**, cujos parâmetros são inferiores àqueles descritos na Deliberação Normativa COPAM nº 213 de 22 de Fevereiro de 2017, não sendo, portanto, passível de licenciamento pelo Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA.

Declara ainda que o requerente não está desobrigado de obter junto aos órgãos ambientais competentes outorga para captação de águas públicas e autorização para intervenção em área de preservação permanente e supressão de vegetação, assim como da anuência do órgão gestor em caso de estar situado no entorno de unidade de conservação do grupo de proteção integral ou em unidade de conservação do grupo de uso sustentável.

Válida por 10 anos – 29/01/2036.

PATROCÍNIO, 29 DE JANEIRO DE 2026.

VIA ORIGINAL ASSINADA E ARQUIVADA NA SECRETARIA

FÁBIO DE CÁSSIO TOREZAN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

ANEXO I - Condicionantes

ITEM	CONDICIONANTE	PRAZO
01	Apresentar nova proposta de compensação por intervenção em APP que atenda ao disposto no artigo 75 do Decreto Estadual nº 47.749/2019.	30 dias após assinatura do Termo de Compromisso de Medida Compensatória
02	Realizar o pagamento de R\$1.909,58 ao Fundo Municipal de Meio Ambiente para compensação da supressão de 1,6724 hectares de cerrado.	Imediatamente à assinatura do Termo de Compromisso de Medida Compensatória
03	Apresentar PTRF, com ART, para compensação de 01 Pequi, contemplando o plantio de 10 (dez) mudas de Pequi, nos termos da Lei Estadual nº 20.308/2012.	30 dias após assinatura do Termo de Compromisso de Medida Compensatória
04	Apresentar relatório técnico-fotográfico, com ART, comprovando a execução do PTRF aprovado pela SEMMA.	1 relatório após plantio, conforme cronograma de execução, e semestralmente pelo período mínimo de 05 anos
05	Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento, resgate, salvamento e destinação dos animais de fauna silvestre terrestre realizadas durante as atividades de supressão, conforme termo de referência disponibilizado pelo IEF.	30 dias após a realização da supressão
06	Realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no empreendimento (separação, armazenamento temporário e destinação adequada quanto ao tipo de resíduo). Fica proibida a destinação de resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o(a) empreendedor(a) cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente. As notas fiscais de movimentação de resíduos deverão ser mantidas disponíveis pelo(a) empreendedor(a) para possíveis	Prática contínua



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

	consultas do órgão ambiental.	
07	Promover a conservação das porções de Reserva Legal e APP, respeitando rigorosamente os limites dessas áreas.	Prática contínua
08	Na hipótese de construção de benfeitorias, adotar sistemas de controle ambiental, cumprindo as legislações ambientais vigentes (manter comprovações em arquivo, quando for o caso).	Durante a vigência desta licença
09	Informar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Patrocínio, qualquer ampliação ou novas atividades desenvolvidas pelo empreendimento, Decreto Municipal nº 3.372/2017.	Durante a vigência desta licença